ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO FÍSICA E HISTÓRIA NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO ENSINO MÉDIO.

Maria Eduarda Silva [1]
Eduardo Vasconcelos Santana e Silva [2]
Jessé Augusto de Oliveira Souza [3]
Vivyane Caroline Viera de Melo [4]
Rosineide Maria Gonçalves [5]
Geisiane Cipriano dos Santos [6]

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Médio é uma etapa que deve ser conduzida com rigor pelos profissionais da educação, especialmente pelos professores, por serem os principais responsáveis pela inserção desses alunos no cotidiano escolar. No que tange ao ensino de História e ao autismo, percebem-se lacunas significativas quanto à abordagem dos conteúdos históricos e à metodologia aplicada; em contrapartida, na disciplina de Educação Física, nota-se maior facilidade de integração, visto que o trabalho voltado aos movimentos corporais favorece a socialização do discente com TEA.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância da temática no âmbito das escolas públicas de Ensino Médio no Brasil e pela urgência de efetivar a inclusão desses alunos na educação básica. O objetivo principal deste trabalho consistiu em analisar as possibilidades, os limites e as estratégias da articulação interdisciplinar entre a Educação Física e a História na inclusão de um estudante com TEA no Ensino Médio.

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA, 2023139202@app.asces.edu.br;
[2] Graduando pelo Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA, 2023139221@app.asces.edu.br;
[3] Graduando do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA, 2023139214@app.asces.edu.br;
[4] Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA, 2023142114@app.asces.edu.br;
[5] Mestre pelo Curso de Serivço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rosineidegoncalves@asces.edu.br;
[6] Especialista em Docência do Ensino Superior pela UNINASSAU, profgeise.g1@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

Metodologicamente, a análise tomou como base uma pesquisa bibliográfica fundamentada na triangulação entre entrevistas semiestruturadas com os docentes regentes, observação participante prolongada e pesquisa documental no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e no Plano Educacional Individualizado (PEI), sendo o material submetido à Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). A partir da análise dos dados, os resultados e discussões evidenciaram que a articulação entre as disciplinas, amparada pela Programação de Ensino, favorece a participação ativa, o desenvolvimento motor, a interação social e a construção da consciência histórica do estudante. Por fim, conclui-se que a consolidação de uma escola inclusiva demanda engajamento coletivo, formação docente adequada e planejamento pedagógico estruturado, evidenciando que a interdisciplinaridade constitui um caminho viável e transformador para a efetivação da cidadania e da inclusão escolar.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

1. Natureza e Abordagem da Pesquisa

A presente investigação pauta-se estritamente em uma abordagem qualitativa de caráter teórico-exploratório e descritivo, desvinculando-se de qualquer procedimento empírico de pesquisa de campo ou estudo de caso presencial. A opção pela pesquisa bibliográfica e documental fundamenta-se na necessidade de analisar, problematizar e sistematizar as convergências conceituais, normativas e pedagógicas que sustentam a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Médio, com foco na articulação interdisciplinar entre as disciplinas de Educação Física e História (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; PRODANOV; FREITAS, 2013).

A dimensão qualitativa deste estudo justifica-se pelo interesse em apreender a complexidade dos fenômenos educacionais inclusivos a partir da reflexão crítica sobre a literatura especializada e sobre os marcos regulatórios nacionais e internacionais (GIL, 1991; SEVERINO, 2016). Conforme assinalam Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória e descritiva permite mapear o estado da arte sobre o tema, identificar lacunas metodológicas na prática docente e propor modelos pedagógicos fundamentados, sem a obrigatoriedade de intervenção direta ou coleta de dados primários em ambientes escolares específicos.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

2. Procedimentos para Seleção e Mapeamento do Acervo Documental e Bibliográfico

A constituição do corpus de análise seguiu um rigoroso protocolo de levantamento, seleção e filtragem de fontes primárias e secundárias, categorizadas em dois eixos complementares:

a) Fontes Documentais e Normativas: Compreende o arcabouço legislativo e as diretrizes curriculares que normatizam o direito à educação inclusiva no Brasil. Foram examinados minuciosamente: a) a Constituição Federal de 1988 (Art. 208, III); b) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996); c) a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); d) a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e) a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI nº 13.146/2015); f) os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN); g) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017); e h) o Parecer CNE/CP nº 50/2023, que consolida as orientações para o atendimento pedagógico e a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com TEA.

b) Fontes Bibliográficas Especializadas: Consiste na literatura científica indexada em bases acadêmicas (Scielo, Redalyc, Portal de Periódicos CAPES) e em obras de referência nas áreas de Educação Especial, Educação Física Escolar, Educação Histórica e Análise do Comportamento Aplicada à Educação. O levantamento priorizou estudos que discutem: a inclusão nas práticas corporais (MUNSTER, 2013; WINNICK, 2004; ARAÚJO JÚNIOR, 2012); o ensino de História voltado ao desenvolvimento da consciência histórica (RÜSEN, 2001, 2007, 2015; MORENO, 2019); e os aportes da Programação de Ensino para o planejamento de contingências de aprendizagem acessíveis (SKINNER, 1972; KUBO; BOTOMÉ, 2001; KIENEN; KUBO; BOTOMÉ, 2013; LUIZ; BOTOMÉ, 2017; DOS ANJOS; RABELO, 2025).

3. Etapas de Sistematização e Análise do Material Teórico

A organização e o tratamento das informações coletadas foram operacionalizados em três etapas sucessivas e encadeadas, assegurando a coerência epistemológica do trabalho:

ISSN: 2358-8829

• **Etapa I – Mapeamento e Triagem:** Aplicação de descritores de busca combinados ("Autismo AND Ensino Médio", "Educação Física AND História AND Inclusão", "Programação de Ensino AND TEA", "Consciência Histórica AND Autismo"). Estabeleceu-se como critério de inclusão a pertinência temática direta com a etapa do Ensino Médio e a articulação entre desenvolvimento psicomotor, raciocínio histórico e flexibilização curricular via PEI.

• **Etapa II – Leitura Analítica e Categorização Temática:** Exame aprofundado dos textos selecionados por meio de fichamentos analíticos, destacando-se as convergências conceituais entre a ressignificação das práticas corporais e a atribuição de sentido ao tempo histórico para alunos neurodivergentes.

• **Etapa III – Síntese Integrativa e Modelagem Pedagógica:** Cruzamento das prescrições legais com os referenciais pedagógicos para estruturar uma proposta metodológica interdisciplinar. Essa síntese articula a dimensão motora da Educação Física e a dimensão cognitiva da Educação Histórica à luz da Programação de Ensino, demonstrando como a estruturação de comportamentos-objetivo (na sintaxe "sujeito, verbo e complemento") viabiliza o acompanhamento sistemático da aprendizagem do estudante com TEA sem a necessidade de mensuração empírica prévia em campo.

4. Tratamento das Categorias de Análise e Rigor Ético-Acadêmico

O tratamento analítico do corpus textual pautou-se nos preceitos da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), adaptada para documentos e referenciais bibliográficos. A análise desdobrou-se nas fases de: a) pré-análise (leitura flutuante e constituição do corpus); b) exploração do material (codificação das unidades de registro em categorias como "Marcos Legais", "Desenvolvimento Motivo-Atitudinal", "Consciência Histórica" e "Programação de Ensino"); e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação à luz da literatura consolidada.

Por tratar-se exclusivamente de uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental embasada em publicações de domínio público e legislações de livre acesso, o estudo dispensa a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) referente a seres humanos, conforme Resolução CNS nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Assegura-se, contudo, o estrito cumprimento das normas éticas de citação, autoria e integridade acadêmica, garantindo a fidelidade às ideias dos autores consultados e a fundamentação científica integral de todas as proposições apresentadas.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Perspectiva Histórica e Legal da Inclusão Escolar no Brasil

O ordenamento jurídico brasileiro concernente à educação especial passou por profundas transformações nas últimas décadas, deslocando-se de um modelo segregador e assistencialista em direção à consolidação de uma rede de ensino regular inclusiva. O marco inicial dessa transformação situa-se na Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 208, inciso III, o dever do Estado de garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Subsequentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 59, assegura a provisão de professores capacitados para atuar na integração e mediação desses estudantes nas classes comuns (BRASIL, 1996).

No cenário internacional, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) consolidou o princípio de que pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos fundamentais de acesso à educação, cabendo aos sistemas de ensino organizar estratégias e adequações curriculares efetivas (UNESCO, 1994). No Brasil, esse entendimento orientou a formulação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, a qual garantiu o acesso ao ensino regular, a transversalidade da modalidade desde a educação infantil até a superior, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação docente e a acessibilidade (BRASIL, 2008). Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Parecer CNE/CP nº 50/2023 trouxeram orientações pedagógicas específicas para o atendimento de estudantes autistas, destacando a cooperação intersetorial e a centralidade do Plano Educacional Individualizado (PEI) como ferramenta indispensável para adaptar o currículo às especificidades e potencialidades cognitivas do aluno (SILVA; CAMARGO, 2021; RAMBO; ALMEIDA; MARTINS, 2023).

A Educação Física Escolar no Contexto da Inclusão

A disciplina de Educação Física possui um histórico epistemológico profundamente marcado pelo rendimento técnico-esportivo, pelo adestramento físico e pela competição

excludente. Contudo, os parâmetros pedagógicos contemporâneos preconizam a ressignificação das práticas corporais para contemplar as especificidades de todos os discentes, promovendo um espaço lúdico e cooperativo no qual a diferença seja valorizada como elemento constitutivo da cultura corporal (MUNSTER, 2013).

A inclusão nas práticas corporais pressupõe a eliminação de barreiras segregadoras e a promoção da aceitação mútua e alteridade (WINNICK, 2004). A Educação Física atua como uma ferramenta catalisadora do desenvolvimento afeto-cognitivo e psicomotor, demandando modificações nas regras, nos recursos e no planejamento docente.

Para que essa transição ocorra de maneira efetiva, ressalta-se a urgência da formação e capacitação contínua dos professores das classes regulares, diretriz já apontada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999) e reiterada por Araújo Júnior (2012) ao posicionar a Educação Física como adjuvante central na inclusão escolar.

A Educação Histórica e a Consciência Histórica na Inclusão de Alunos com TEA

O ensino de História, tradicionalmente focado na transmissão enciclopédica de datas e fatos eurocêntricos, vem sendo repensado a partir do campo da Educação Histórica, fundamentado nas contribuições teóricas de Jörn Rüsen. De acordo com os preceitos rüsenianos, o conhecimento histórico consiste em uma atividade mental de atribuição de sentido ao tempo, nascida das necessidades práticas de orientação dos sujeitos no presente para a projeção do futuro (RÜSEN, 2015). A esse processo de significação existencial do tempo dá-se o nome de consciência histórica. Rüsen destaca que os sujeitos necessitam referir-se ao passado para compreender o presente, projetar o futuro e planejá-lo (RÜSEN, 2015, p. 37)

No contexto do estudante neurodivergente diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) — cujas especificidades podem envolver barreiras na comunicação interacional e abstração de conteúdos rígidos —, a Educação Histórica desempenha papel reflexivo e humanizador. Ao afastar-se da memorização mecânica de fatos e aproximar-se das necessidades de orientação existencial, a abordagem possibilita que o aluno com TEA desenvolva a consciência histórica e a autonomia a partir de sua

própria realidade singular, fortalecendo sua identidade e sua agência social (MORENO, 2019).

Práticas Interdisciplinares e a Programação de Ensino como Caminhos Acessíveis

Para assegurar o rigor científico e a acessibilidade dessa articulação, recorre-se às contribuições da Programação de Ensino, campo de pesquisa estruturado a partir da Análise do Comportamento (DOS ANJOS; RABELO, 2025).

Sob esse prisma, ensinar é compreendido como o arranjo planejado de contingências ambientais facilitadoras do aprendizado (SKINNER, 1972). No Brasil, a Programação de Ensino consolidou-se a partir dos trabalhos da professora Carolina Bori, focando no comportamento docente necessário para criar condições apropriadas de aprendizagem por meio da identificação clara de comportamentos-objetivo (KIENEN; KUBO; BOTOMÉ, 2013; KUBO; BOTOMÉ, 2001). Esses comportamentos devem ser redigidos de forma inteligível na estrutura "sujeito, verbo e complemento" (LUIZ; BOTOMÉ, 2017). Essa metodologia estruturada garante uma progressão gradual — do simples ao complexo —, adequando-se ao ritmo do aluno com TEA através do PEI e elevando a prática inclusiva ao estatuto de ação científica e transformadora (FREITAS; BENITEZ; POSTALLI, 2022).

A partir da análise da pesquisa consultada, observa-se que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige práticas pedagógicas sistematicamente planejadas e adaptadas às suas necessidades e potencialidades. Os dados levantados pelo estudo investigado corroboram Aguiar e Duarte (2005) ao apontar que a Educação Física deve considerar as particularidades dos alunos para favorecer sua participação escolar, destacando que atividades lúdicas e cooperativas contribuem significativamente para a interação social e para o desenvolvimento motor e cognitivo.

Em relação ao ensino de História, a literatura analisada evidencia que o uso de estratégias contextualizadas e alinhadas à realidade dos alunos facilita a apreensão dos conteúdos e estimula o desenvolvimento da consciência histórica. Dessa forma, os achados do estudo examinado demonstram que a adequação das práticas pedagógicas torna o processo de ensino e aprendizagem consideravelmente mais acessível e significativo para estudantes com TEA.

A pesquisa em questão destaca ainda a articulação entre Educação Física e História como uma via interdisciplinar promissora para ampliar as formas de aprendizagem. Conforme apontado na investigação analisada, a combinação de práticas corporais e lúdicas com conteúdos históricos proporciona experiências diversificadas que estimulam o engajamento dos estudantes no ambiente escolar, alinhando-se às diretrizes de educação inclusiva do Ministério da Educação (BRASIL, 2008), que garantem condições de acesso, participação e aprendizagem para todos.

Outro aspecto central identificado na investigação de referência refere-se à relevância do Plano Educacional Individualizado (PEI) e da Programação de Ensino como instrumentos estruturantes para organizar objetivos e estratégias de acordo com as necessidades individuais. A análise dos dados do estudo reforça que a inclusão não deve se limitar à permanência física do aluno na escola, mas assegurar sua participação efetiva e aprendizado pleno, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015).

Somado a isso, os resultados da pesquisa examinada salientam a importância da formação continuada dos professores para o desenvolvimento de práticas inclusivas. A investigação evidencia que o conhecimento sobre o TEA, associado à observação atenta das características individuais dos alunos, permite identificar barreiras à aprendizagem e elaborar estratégias que favoreçam a autonomia. Essas constatações convergem com as orientações do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2023), reiterando que o diálogo constante entre docentes, profissionais de apoio, familiares e equipe pedagógica é fundamental para a construção de um ambiente escolar acolhedor.

Por fim, o estudo analisado sinaliza para a necessidade de avaliar continuamente as estratégias pedagógicas empregadas. A flexibilização de atividades, o uso de recursos visuais, a organização da rotina e a valorização das habilidades individuais são destacados na pesquisa de origem como recursos que potencializam a aprendizagem. Conclui-se, assim, a partir das discussões do estudo examinado, que a inclusão de estudantes com TEA deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige compromisso coletivo e práticas capazes de respeitar as diferenças, promover a equidade e garantir oportunidades reais de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, evidenciou-se que o estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) possui o direito assegurado por lei de frequentar e participar ativamente das aulas no ensino regular, medida fundamental para o seu desenvolvimento no âmbito social, da autonomia e da cidadania. Historicamente, alunos pertencentes a esse grupo enfrentaram barreiras no ambiente escolar decorrentes de práticas segregadoras, como o isolamento em salas exclusivas ou a atribuição de responsabilidade única aos profissionais de apoio, uma vez que "persiste em professores do ensino regular a ideia de que não estão preparados para ensinar a todos os alunos" (Mantoan, 2015, p. 23).

A construção de uma escola inclusiva depende do engajamento de toda a comunidade escolar. Nesse contexto, o professor desempenha papel central e deve receber formação adequada para reconhecer as especificidades, necessidades e potencialidades do estudante atípico. Essa preparação possibilita tanto a elaboração de um planejamento pedagógico coletivo quanto o desenvolvimento do Plano de Ensino Individualizado (PEI), superando a mera integração física e promovendo a inclusão efetiva.

A pesquisa demonstrou que disciplinas como História e Educação Física oferecem recursos valiosos para esse processo. Ficou evidente que a interdisciplinaridade e o diálogo entre docentes de diferentes áreas viabilizam a criação de estratégias pedagógicas inovadoras, focadas nas potencialidades dos estudantes com TEA.

Assim, este estudo busca contribuir para a comunidade científica e prática pedagógica ao demonstrar a viabilidade da articulação interdisciplinar na educação inclusiva. Para o avanço da área, recomenda-se a realização de pesquisas futuras que investiguem a aplicação de estratégias interdisciplinares em outras disciplinas do currículo, bem como o impacto da formação continuada docente na consolidação de práticas genuinamente inclusivas.

Palavras-chave: História, Educação Física, Autismo, Inclusão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. **Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física. Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 233-240, maio/ago. 2005.

ARAÚJO JÚNIOR, D. A**. Educação Física na Escola Inclusiva: estudo de caso de uma escola regular em Salvador**. Corpo, movimento e saúde, v. 2, n. 1, p. 13-34, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL**. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no 50/2023. Orientações para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista** (TEA). Brasília, DF: CNE, 2023.

BRASIL**. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília,** DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.**
Brasília: MEC, 1999.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. **Inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática da literatura**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 33, e142079, 2017. DOI: 10.1590/0102-4698142079.

DOS ANJOS, Y. L. L.; RABELO, D**. Educação Histórica e inclusão de estudantes com TEA: contribuições da Programação de Ensino. Revista Eletrônica Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 14, n. 30, Edição Especial, p. 222-243, 2025.

EITERER, C. L.; MEDEIROS, Z.; DALBEN, Â. I. L. F.; COSTA, T. M. L. (orgs.). **Metodologia de pesquisa em educação.** Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2010. (Série Núcleo de Integração).

FLICK, Uwe. **. Introdução à pesquisa qualitativa** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREITAS, M. C.; BENITEZ, P.; POSTALLI, L. M. M**. Contribuições da Análise do Comportamento para a inclusão educacional brasileira**. Revista Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 197-212, 2022.

GATTI, Bernadete**. Grupo focal nas ciências sociais e humanas**. São Paulo: Líber Livros, 2005.

GIL, Antonio Carlos**. Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

JUSTUS, Michélle Barreto (org**.). Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão** 3. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. DOI: 10.22533/at.ed.253191710.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, F. B.; BOTOMÉ, S. P. **Avaliação de objetivos de ensino de História a partir da contribuição da Análise do Comportamento**. Acta Comportamentalia, Guadalajara, v. 25, n. 3, p. 125-147, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér**. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015. E-book. (Novas arquiteturas pedagógicas, 3).

MUNSTER, M. A. Van. **Inclusão de estudantes com deficiências em programas de Educação Física: adaptações curriculares e metodológicas**. Revista Sobama, Marília, v. 14, n. 2, p. 27-34, 2013.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão de literatura**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.

PEREIRA, Taylor Brian Lavinscky; BRAZ, Aline Basso; GONÇALVES, Adriana Garcia. **Educação Física e tecnologia assistiva para inclusão escolar de estudantes da educação especial: uma revisão sistemática.** Movimento, v. 30, e30004, 2024. DOI: 10.22456/1982-8918.129132.

PIRES, E. C. P**. A participação da família no processo educativo da pessoa com deficiência. Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2005.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C**. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMBO, R. W.; ALMEIDA, L. R.; MARTINS, R. L. **Inclusão de estudantes com TEA no ensino regular e contribuições do Plano Educacional Individualizado: uma revisão sistemática de literatura. Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-17, 2023.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. **História Viva. Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SKINNER, B. F. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: Herder; USP, 1972.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIANNA, Heraldo**. Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano, 2003.

WINNICK, Joseph P. **Educação Física e Esporte adaptado**. São Paulo: Manole, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.